

**O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS: UM BREVE
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

**THE POLITICAL BRAZILIAN THOUGHT AND ITS CONSEQUENCES: A BRIEF
BIBLIOGRAPHIC STUDY**

**EL PENSAMIENTO POLÍTICO DE BRASIL Y SUS CONSECUENCIAS: UN BREVE
ESTUDIO BIBLIOGRÁFICO**

Álvaro Saluan da Cunha¹

Resumo: A partir da análise bibliográfica, busco identificar continuidades e descontinuidades em alguns dos principais autores do que veio a ser conhecido por nós como “pensamento social e político brasileiro”, reunindo pontos de convergência e divergência, bem como suas críticas e reflexos na contemporaneidade.

Palavras-chave: Pensamento político brasileiro, pensamento social, Brasil, estudo bibliográfico

Abstract: From a literature review, I try to identify continuities and discontinuities in some of the main authors of what came to be known to us as "social and political Brazilian thought" gathering points of convergence and divergence, as well as their criticisms and reflections on the contemporary world.

Keywords: Brazilian political thought, social thought, Brazil, bibliographical study

Resumen: A partir de la revisión de la literatura, trato de identificar las continuidades y descontinuidades en algunos de los principales autores de lo que llegó a ser conocido por

¹ Mestrando em História - UFJF

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

nosotros como "pensamiento social y político brasileño" recopilación de puntos de convergencia y divergencia, así como sus críticas y reflexiones sobre el mundo contemporáneo.

Palabras-clave: pensamiento político brasileño, el pensamiento social, Brasil, estudio bibliográfico

1. INTRODUÇÃO

Raymundo Faoro não muito antes de morrer buscou responder uma pergunta que até então não parecia ter resposta, embora muitos autores abordassem o tema a partir de diferentes perspectivas: existe um pensamento político brasileiro? Essa questão deu nome a um de seus livros², pertinente para a compreensão do tema – onde ele analisa diversas questões com a finalidade de perceber se havia mesmo de fato esse tipo de pensamento em nossa sociedade e como foi o processo pelo qual ele se formou.

Como sabemos, o que veio a ser conhecido como “pensamento social e político brasileiro” pode ser analisado desde o período pré-colonial, ao abordarmos as miscigenações e toda a plasticidade do povo português antes de se lançarem além-mar. Gilberto Freyre cita essa plasticidade como um dos fatores cruciais no sucesso da colonização portuguesa na América do Sul, ao conseguirem se adequar a diversos fatores como a temperatura e a alimentação, indo até às questões sociais como a mestiçagem, fator tido por este autor como responsável pelo processo de auto colonização dessas terras. Porém, essa é só uma das diversas concepções acerca do pensamento brasileiro e suas raízes e abordaremos outras aqui.

Podemos perceber então que para se analisar essas particularidades fazia-se necessário observar os dois fluxos possíveis: a concepção advinda da metrópole, no caso Portugal, e a sua tentativa de transpor tais pensamentos eurocêntricos para o Novo Mundo; e o pensamento que se formava – e ainda se forma – internamente desde o período da colonização. Duas vias dentro de um único país: continuidades e discontinuidades, transformações que muitas vezes nos passam despercebidas e que estes autores analisam com tamanha minúcia.

² Ver FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo, Editora Ática, 1994.
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

Com base nesta questão levantada por Raymundo Faoro e trabalhada diversificadamente por outros autores³, buscaremos então compreender brevemente o “possível” pensamento político e social brasileiro, bem como seus reflexos na contemporaneidade.

2. O PATRIARCALISMO E SEU CURSO ATÉ A CIDADE

Para Gilberto Freyre, antes mesmo da chegada da família real, no período colonial, o que se via em território sul americano era um modelo patriarcal de interação político-social. Neste modelo, o patriarca dono de terras tornava-se dono de tudo aquilo que encontrava, incorporando tais elementos e não os excluindo – podemos ver isso claramente na relação com os indígenas e, sobretudo na dicotomia casa-grande e senzala, que abrigava o senhorio por um lado e os escravos, do outro, mostrando as relações de poder dicotômicas entre explorador e explorado.

O patriarca baseava-se então nessa relação de plena exploração do trabalho escravo, sobretudo na produção açucareira. O que podemos observar aqui nos leva de volta à questão da plasticidade do português ao se encontrar em um território completamente desconhecido e ir se adaptando e adaptando-o às suas necessidades, estendendo isso até as suas sociabilidades com o negro – mais enfatizados por Freyre –, concluindo que o patriarcado se dá principalmente nas relações entre brancos e negros, na qual o senhor branco tinha controle quase que pleno sobre todos – ainda que posteriormente temessem uma revolta como a do Haiti.

Em outro momento, o patriarcalismo caminha do campo, indo até a cidade, mudando assim algumas de suas dinâmicas. Segundo Jessé Souza

nesse novo contexto urbano o **patriarca deixa de ser referência absoluta** (grifo nosso). Ele próprio tem que se curvar a um sistema de valores com regras próprias e aplicável a todos inclusive a antiga elite social. O sistema social passa a ser regido por um código valorativo crescentemente impessoal e abstrato. A opressão tende a ser exercida

³ FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

agora cada vez menos por senhores contra escravos, e cada vez mais por portadores de valores europeus sejam esses efetivamente assimilados ou simplesmente imitados contra pobres, africanos e índios (SOUZA, 2000).⁴

Ou seja, embora o patriarca ainda seguisse tendo um poder relativo, ele também se tornava parte de um sistema onde devia seguir regras estabelecidas, participando de um modelo político mais amplo. O patriarcalismo sai da figura pessoal e assume formas impessoais⁵ como o imperador, visto como pai de todos, reduzindo o poder pessoal singular, mas não o destruindo completamente.

Freyre deixa claro o problema do sexismo no Brasil, situação que se reflete até hoje. Para ele, mesmo com as mulheres adquirindo novos direitos ao longo dos tempos, o patriarcalismo ainda assim freitava – e freia – a paridade entre os sexos, algo facilmente observável no mercado de trabalho e nas relações sociais contemporâneas, por exemplo.

Em síntese, o pensamento freyreano permite-nos entender a consolidação do patriarcalismo na sociedade brasileira e a sua adaptabilidade ante as diversas mudanças que ocorriam como por exemplo os efeitos do crescimento do aparato político e das migrações do campo para a cidade.

3. O “HOMEM CORDIAL” E O LEGADO DA EXPERIÊNCIA COLONIAL

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda também explora o passado colonial e nos demonstra as suas continuidades culturais até 1936, data de publicação do livro. Ele inicialmente trabalha com os conceitos de tipos de homem aventureiro e trabalhador e estes são aplicados aos diferentes tipos de empreitadas em que o Brasil vivera em seu período colonial: o trabalhador buscava apenas viver em paz e em segurança, com estabilidade, enquanto o aventureiro gostava de explorar, em busca de uma ascensão pública.

Holanda diz que para o aventureiro “*o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar (...) todos os processos*

⁴ SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In: Tempo social, vol. 12, nº 1. São Paulo: Scielo, maio de 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100005.

⁵ Idem.

*intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore*⁶” (Holanda, 2014). Já o trabalhador “*é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, (...) mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito*⁷” (Holanda, 2014). Nesses projetos distintos podemos analisar os diferentes lados em que nossa colonização se vingou a priori.

Segundo Marcos Almeida,

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos (...) **não possuem existência real fora do mundo das ideias** (grifo nosso). (...) os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais. E é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades (ALMEIDA, 2013)⁸.

O autor também faz uma análise do que ocorre posteriormente, quando em 1888 o Brasil torna-se império, ficando com uma herança rural que conflita constantemente com a nova realidade urbana advinda desde 1855. Esse embate entre o pensamento tradicional e o moderno demarcou de forma clara o cenário nacional. O Brasil não tinha a economia nem suas estruturas organizadas o suficiente para receber a industrialização necessária para seu desenvolvimento – nossa industrialização foi tardia, de fato, por conta da herança colonial da monocultura e da fraca economia.

Podemos observar que, de certa maneira, Holanda e Freyre abordam a questão da transição campo-cidade de diferentes formas, mas que de certa forma se aproximam. Porém, para Holanda o ruralismo acaba por ‘vencer’ essa tentativa prematura de cosmopolitização do Brasil imperial. A independência teve duras dificuldades por conta dos resquícios da colonização portuguesa.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁷ Idem.

⁸ ALMEIDA, Marcos. Trabalho e aventura – Sérgio Buarque de Holanda. Disponível em: <http://nossabrazilidade.com.br/trabalho-e-aventura-sergio-buarque-de-holanda/>.

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

Indo contra Freyre dessa vez, Holanda não acreditava que o Estado fosse uma continuação da família, mesmo com o pensamento ruralista advindo da colônia persistindo no cotidiano, o que também dificultava o desenvolvimento industrial. Eis que aí entra o “homem cordial”, abordado como um ser disposto de uma

(...) exacerbação de afeto – tanto para a formação de laços comunitários quanto para sua ruptura violenta (...), algumas das mazelas de nossa vida social, política e afetiva, entre elas a incapacidade secular para separar o espaço público do privado, tema dos mais candentes e que explica, em parte, a vitalidade de suas sucessivas reedições (HOLANDA, 1995).

O homem cordial é basicamente o ser que não distingue o público do privado, estendendo sua “cordialidade” para as questões públicas. Nota-se então a lucidez de Sérgio Buarque de Holanda para a análise de um dos nossos maiores problemas culturais no Brasil, de forma que ele ainda não foi rompido em nossa contemporaneidade, o que nos assusta e causa impactos diretos à toda a nossa sociedade. Podemos observar isso na formação das mais diversas bancadas políticas em prol de uma determinada causa, ignorando os anseios populares, visando apenas a conclusão de objetivos particulares de um determinado grupo.

Perpassando toda essa discussão, faz-se necessária a análise dessas dicotomias acerca da cultura brasileira e notar a proximidade da visão de Sérgio Buarque de Holanda com os preceitos de cultura de Max Weber, sobretudo após sua viagem à Alemanha.

Com base em outros autores, Andréa Rodrigues e Fabio Pereira dizem que a partir da leitura de *Raízes do Brasil*, pode-se notar a influência da teoria social weberiana

(...) e os temas de seu historicismo aparecem principalmente nos conceitos que visam ser explorados como, cultura europeia/cultura ibérica, caráter português/ caráter espanhol/caráter brasileiro. Matiza uma abordagem psicológica porque ele apreende a vida humana brasileira e ibérica pelo interior e assim a recria para depois vivenciá-la. Teoricamente evita determinismos

cientificistas, materialistas, climáticos ou biológicos, pois, segundo Sérgio Buarque na história não há leis, causalidades mecânicas, climáticas, o que há no passado é o devir das formações peculiares de cada povo (PEREIRA & RODRIGUES, 2011)⁹.

Ainda sobre o que tratam esses autores, a escrita de Holanda se distingue das demais do período pelo fato de buscar fazer uma história do povo anônimo, distanciando-se da escrita de Gilberto Freyre, autor que glorificava as oligarquias. Nesse aspecto, faz-se interessante e necessário analisar o contexto que cerceia o escritor ao forjar sua obra, bem como suas posições. Há de se reconhecer que a imparcialidade é algo tanto impossível quanto desnecessário, mas que nesses casos pode nos trazer novas maneiras de análise da obra e do contexto na qual fora feita.

4. PATRIMONIALISMO, ESTAMENTO POLÍTICO E O FUNCIONALISMO PÚBLICO

Raymundo Faoro inicia sua obra partindo do Estado português e suas guerras de reconquista nos séculos XIV e XV, além, claro da expansão ultramarina e todo o avanço lusitano além-mar. A questão do avanço português para o resto do mundo torna-se essencial para a questão do **patrimonialismo**. A partir deste ponto, Faoro também se utiliza de conceitos sociológicos e da ciência política weberiana para buscar possíveis proximidades de acontecimentos do passado em uma genealogia. A formação do Estado português se deu muito precocemente, o que proporcionou desenlace distinto na sua continuidade ultramarina¹⁰. Segundo o autor, “Os reis portugueses governaram o reino como a própria casa, não distinguindo o tesouro pessoal do patrimônio público. Seu poder assentava no patrimônio, em torno deste gravitava ele próprio, seus súditos e os interesses públicos da nação”. Essa visão

⁹ PEREIRA, Fabio & RODRIGUES, Andréa. A influência de Max Weber para o conceito cultural de Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil e Visão do Paraíso. Disponível em: <http://www2.uefs.br/semic/upload/2011/2011XV-025FAB030-100.pdf>.

¹⁰ DIANA, Marcelo. Sobre “Os donos do poder”, de Raymundo Faoro. Disponível em: <http://sibila.com.br/cultura/sobre-os-donos-do-poder-de-raymundo-faoro/4039>.

assemelha-se diretamente com a de Holanda quanto à confusão da questão público-privado que ainda resiste em nossa cultura política.

Com base no patrimonialismo podemos então entender melhor a “criatura” do **estamento**. Primordialmente, Faoro se preocupa com o estamento político, que é

(...) aquele em que os membros têm consciência de pertencer a um mesmo grupo – qualificado para o exercício do poder – e que se caracteriza pelo desejo de prestígio e honra social. (...) típico das sociedades em que a economia não é totalmente dominada pelo mercado, como a feudal e, no caso português, a patrimonial. (...) encontra-se também, de forma residual, nas sociedades capitalistas. Representa um freio conservador, voltado para si mesmo e preocupado em assegurar as bases do poder: aliado ao Estado português, o estamento propiciou-lhe a organização política capaz de empreender a aventura ultramarina, que nunca poderia ter sido obra de particulares (DIANA, 2012)¹¹.

Em suma, o autor acredita que as origens da nossa corrupção e de todo nosso aparato burocrático são advindas do período colonial. Porém, ao passo em que os outros países superavam a estrutura patrimonialista, o Brasil a mantinha e se tornava parte da economia política. Ele via um controle por parte do Estado, que era regido pelo soberano e seus funcionários. Dentro desta linha de raciocínio, ele acredita que o capitalismo brasileiro fora politicamente orientado, o que também é uma forma de análise weberiana. Nessa análise podemos ver a importância dada aos cargos públicos e o prestígio advindo deles, ou seja, a “cordialidade” do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda: a ajuda mútua entre agentes interessados em questões específicas e pessoais, algo que torna nosso cenário político um terreno fértil para a propagação da corrupção – efeito sentido até a contemporaneidade, diga-se de passagem.

¹¹ CAMPANA, Fábio. “Os donos do poder”, segundo Raymundo Faoro. Disponível em: <http://www.fabiocampana.com.br/2012/01/os-donos-do-poder-segundo-raymundo-faoro/>.

5. MISCIGENAÇÃO E DEMOCRACIA: POR QUE O BRASIL NÃO DEU CERTO?

Darcy Ribeiro, autor marxista e anticolonialista influenciado pela geração de 50¹², busca levantar essa questão ao debruçar-se sobre a formação do povo brasileiro, analisando sua conjuntura política, cultural e social ao longo da história. Em linhas gerais, assim como os outros autores – diferenciando-se, porém, de Gilberto Freyre quanto à questão de não acreditar na **democracia racial** defendida por ele, sendo necessária para Ribeiro primeiramente a **democracia social** para que só assim a racial ocorresse –, ele também defende a tese de que a miscigenação é um fator crucial em nossa constituição, rica e diversificada. Vale ressaltar que ele analisa esse processo de mistura desde a chegada dos portugueses no Novo Mundo, indo até ao período colonial, seja por meio do **cunhadismo**¹³ ou de outras formas. Ele cunha o termo “Nova Roma” para explicar o que seria o Brasil ao se desconstruir de suas três matrizes étnicas – indígenas, negros e brancos – bem como suas diversidades e culturas distintas¹⁴.

Ele também faz uma observação sobre a crueldade em que foi dada a formação de um povo brasileiro. Os negros foram arrancados de suas terras do outro lado do oceano e trazidos brutalmente até aqui, chegando muitas vezes a não resistirem à dura viagem de navio, sendo expostos às maiores humilhações e condições extremamente degradantes, chegando ao ponto de impedir diversos escravos de uma mesma região de habitarem o mesmo local, com a finalidade de desconstituí-los de suas raízes culturais, ignorando assim toda a riqueza linguística e cultural destes povos¹⁵. O que ocorreu então foi uma aculturação desse povo, que se encontrava aqui sem identidade e extremamente marginalizado. Porém, Ribeiro vê que a cultura negra contribuiu principalmente em nosso plano ideológico, nas religiões, músicas e até mesmo na gastronomia. Ele via nos negros duas instâncias

¹² RIBEIRO, Adelia Miglievich. A antropologia dialética de Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro”. In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, Dezembro. 2009. pp. 52-72. Disponível em: <http://publicacoes.ufes.br/sinais/article/download/2753/2221>.

¹³ Prática indígena para incorporar estranhos à sua tribo, dando uma índia como mulher ao forasteiro.

¹⁴ MARTINS, Andréia. Darcy Ribeiro e 'O Povo Brasileiro': obra ainda é chave para entender a formação étnica e cultural do Brasil. UOL Vestibular, 27/03/2015. Disponível em: <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/darcy-ribeiro-e-o-povo-brasileiro-obra-ainda-e-chave-para-entender-a-formacao-etnica-e-cultural-do-brasil.htm>.

¹⁵ A título de curiosidade, o *Museum of Slavery* – Museu da Escravidão – em Liverpool, Inglaterra, explora essas histórias profundamente, chegando inclusive a simular o desespero passado dentro desses navios utilizados para o transporte dos escravos. Além disso, nomeia em uma de suas galerias Zumbi dos Palmares como o “Spartacus brasileiro”.

A do ser formado dentro de uma etnia, sempre irredutível por sua própria natureza, que amarga o destino do exilado, do desterrado, forçado a sobreviver no que sabia ser uma comunidade de estranhos, estrangeiro ele a ela, sozinho ele mesmo. A outra, do ser igualmente desgarrado, como cria da terra, que não cabia, porém, nas entidades étnicas aqui constituídas, repellido por elas como um estranho, vivendo à procura de sua identidade (RIBEIRO, 2006).

A visão que o autor tem é a questão da “ninguendade”, termo cunhado por ele para explicar que o povo brasileiro precisava criar uma identidade devido a essas tantas misturas – dos brasilíndios, mamelucos e afro-brasileiros – responsáveis inclusive por uma etnia propriamente brasileira, surgida com o intuito de envolver toda essa gente variada anulando as identificações étnicas anteriores. Além disso, vale explicitar brevemente que ele via o Brasil constituído por cinco culturas distintas: dividia-se assim o Brasil em sulino, sertanejo, caboclo, caipira e crioulo.

Retornando ao ponto no qual Darcy Ribeiro discorda de Gilberto Freyre quanto à questão da democracia racial, podemos notar em sua obra o destaque dado à estratificação de classes de nossa constituição – uma espécie de abismo – que separa os ricos dos pobres, indo desde a concentração de toda a renda na mão de poucos e as relações de exploração no campo do trabalho. Podemos observar esse reflexo até nos dias atuais, sendo cada vez mais latente: os ricos seguem mantendo os meios de produção e, assim, o controle das classes que podemos chamar de subalternas. Não obstante, buscam cada vez mais reduzir os direitos dos trabalhadores e seus salários. Ou seja, há um quadro gravíssimo de desumanização na relação entre classes, dividindo o país.

Sintetizando, podemos compreender em sua análise que nosso povo ainda não tem cunhado uma espécie de “orgulho de ser brasileiro”, tornando assim mais dificultosa a assimilação de uma identidade forte, sendo completamente heterogênea, sobretudo pelas inúmeras diferenças presentes em nossa gênese – as raças, os conceitos de superior e inferior, as diferentes culturas em suas amplas noções. Em suas palavras, podemos então perceber um “desejo de reinventar o Brasil pelo seu povo”. Por diversos momentos a impressão que fica é a de que a miscigenação é positiva sim, mas foi a causadora dessa constante indefinição, sendo praticamente impossível responder de forma clara a pergunta: **o que é ser brasileiro?**

6. O GOLPE DE 64 E A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Outro autor adepto do marxismo, Florestan Fernandes justifica o golpe militar de 1964 como o causador da ascensão da burguesia em nosso país, indo além das questões militares e analisando os interesses de toda a burguesia e até mesmo de outros países. Ele observa que o intelectual brasileiro no período larga de lado a utilização de conceitos como “dominação burguesa, teoria de classes e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa da transição para o capitalismo industrial nas nações capitalistas da periferia” (FERNANDES, 1976) efeito tido no golpe, sobretudo ao gerar uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, sendo o efeito causado cada vez mais sentido por nós.

Vale lembrar que essa obra foi escrita em dois períodos distintos – 1966 e 1973. Isso se deve à aposentadoria compulsória por conta do AI-5, onde ele passou um tempo na Universidade de Toronto. Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, o primeiro e o terceiro capítulo se ligam a partir de um segundo denominado como “Fragmento”, parecendo estar solto e assim rompendo com a estrutura da análise¹⁶.

Segundo Bernardo Ricupero, a primeira parte da obra de Fernandes

(...) se concentra na análise da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial, impulsionada pela independência política, e no estabelecimento de uma sociedade de classes no país. A partir daí a segunda parte estuda a formação de uma “ordem social competitiva”, que funcionaria como marco estrutural da revolução burguesa no Brasil. Finalmente, a terceira parte analisa o que seria a concretização de nossa revolução burguesa (RICUPERO, ???).

O que podemos perceber em sua obra é uma dicotomia em suas análises, algo perceptível também nos outros autores, porém com uma visão mais dinâmica, prestando mais atenção a agentes como o fazendeiro e o imigrante indo até a estrutura e a história, questões que para não poderiam ser concebidas em separado – mesmo analisando a revolução burguesa como

¹⁶ ARRUDA, Maria Arminda de Nascimento. “A sociologia no Brasil” in: MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1996.

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

um fenômeno estrutural e não como apenas um episódio histórico. Isso se deve por ela não seguir um caminho único, tendo diferentes consequências em seus mais diversos agentes e suas escolhas.

Ele vê o fim do período colonial e a chegada da corte, bem como a Independência como pontos de partida da criação de nossa sociedade. Isso se dá devido ao fim da influência do poder externo e a necessidade de se haver um poder interno propriamente dito, tirando o senhorio do âmbito doméstico e levando-os a rua, ao espaço político – mesmo se mantendo algumas estruturas da colônia como a econômica e social. Podemos observar então dois elementos distintos: o **revolucionário**, responsável por abrir o caminho da formação dessa nova sociedade ao agir politicamente e o **conservador**, que pressionava pela continuidade da estrutura anterior.

Funde-se então o velho e o novo. O capitalismo se aproveita das condições prévias para o maior acúmulo dos que muito já tinham, algo que também podemos observar nas famílias mais abastadas do país e sua vasta continuidade de poder e riqueza ao longo dos séculos. Nota-se então o subdesenvolvimento típico do capitalismo ao analisarmos as relações completamente desiguais de nossas regiões e pela dominação ante aos países da América do Sul. Nessa fusão, podemos observar até hoje a questão do desenvolvimento de um pensamento burguês ultraconservador e reacionário, tornando-se um eixo político a ser considerado – o que podemos claramente perceber na influência da burguesia na ditadura, tornando-se uma força incontrolável viva e forte até hoje, sobretudo com o enfraquecimento da esquerda brasileira, sendo uma classe social uma “força política”.

Ao analisarmos essa força, esbarramos nos conceitos de “homem cordial” e, mais ainda, no conceito de “estamento”. Isso pode ser analisado nessa proximidade da burguesia com a classe política em busca de interesses comuns como o poder em suas mais diversas esferas – uma autocracia desvairada. E então, com o golpe essa autocracia sai da penumbra e rompe com todo o arsenal ideológico anterior. Gabriel Cohn vê nessa autocracia uma forma exercer o poder e não propriamente de se organizar, sendo assim essa autocracia entendida como uma forma de concentração privatista e exclusivista do poder¹⁷, persistindo mesmo após o golpe até os dias atuais.

¹⁷ COHN, Gabriel. “A revolução burguesa no Brasil” in: Lourenço Dantas Mota, Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos, v. I, São Paulo: SENAC, 1999.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber nestes cinco autores as mais variadas concepções, bem como as diferentes fontes utilizadas por eles, sendo que nenhum deles está necessariamente equivocado, evocando os pensamentos concernentes em seus respectivos períodos. Estes estudos complementam-se constantemente e enriquecem as análises acerca de uma gênese e de uma possível e tão buscada identidade – ou identidades do povo brasileiro.

Percebemos assim que a miscigenação é um assunto recorrente e fundamental na questão do pensamento social brasileiro, sendo abordada e analisada por diferentes pontos e recortes. Além disso, o poder, a questão política e a democracia, bem como a sociedade e sua cultura são observadas de diferentes formas, vindo desde o embrião do que começava a ser o que chamamos hoje de Brasil. Os recortes variam, mas a intenção é a de analisar o início de determinados comportamentos bem como suas continuidades e rupturas em nossa história.

A intenção deste artigo é a de fazer uma breve explicação de cada uma dessas brilhantes análises, bem como compará-las a fim de se observar similaridades e distinções, além das continuidades e descontinuidades e seus inúmeros reflexos nas análises políticas contemporâneas. Não obstante, podemos também observar que o contexto vivido por cada um dos autores – situações políticas, culturais, econômicas e sociais são extremamente marcantes na escrita, tornando-se então matéria-bruta essencial na elaboração destas obras, podendo inclusive serem tidas como objetos de estudo do período na qual foram elaboradas.

Sabemos que os pensamentos destes autores são muito mais amplos e que continuamente serão abordados por diversos intelectuais. Nossa intenção ao elaborar este artigo consiste em dar um pontapé inicial em seus conceitos básicos para que possamos minimamente nos fundamentar historicamente ao analisarmos nossas raízes políticas e sociais e seus traços na contemporaneidade.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos (2013). *Trabalho e aventura – Sérgio Buarque de Holanda*. Disponível em: <http://nossabrazilidade.com.br/trabalho-e-aventura-sergio-buarque-de-holanda/>.

ARRUDA, Maria Arminda de Nascimento (1996). “A sociologia no Brasil” in: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré.

CAMPANA, Fábio (2012). “*Os donos do poder*”, segundo Raymundo Faoro. Disponível em: <http://www.fabiocampana.com.br/2012/01/os-donos-do-poder-segundo-raymundo-faoro/>.

COHN, Gabriel (1999). “A revolução burguesa no Brasil” in: Lourenço Dantas Mota, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, v. I, São Paulo: SENAC.

DIANA, Marcelo (2010). *Sobre “Os donos do poder”, de Raymundo Faoro*. Disponível em: <http://sibila.com.br/cultura/sobre-os-donos-do-poder-de-raymundo-faoro/4039>.

FAORO, Raymundo (1994). *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Editora Ática.

_____, Raymundo (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo.

FERNANDES, Florestan (1976). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

FREYRE, Gilberto (2006). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (2014). *Raízes do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

MARTINS, Andréia (2011). *Darcy Ribeiro e 'O Povo Brasileiro': obra ainda é chave para entender a formação étnica e cultural do Brasil*. UOL Vestibular, 27/03. Disponível em: <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/darcy-ribeiro-e-o-povo-brasileiro-obra-ainda-e-chave-para-entender-a-formacao-etnica-e-cultural-do-brasil.htm>.

PEREIRA, Fabio & RODRIGUES, Andréa (2011). *A influência de Max Weber para o conceito cultural de Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil e Visão do Paraíso*. Disponível em: <http://www2.uefs.br/semic/upload/2011/2011XV-025FAB030-100.pdf>.

RIBEIRO, Adelia Miglievich (2009). A antropologia dialética de Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro”. In: *SINAIS* - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, Dezembro. pp. 52-72. Disponível em: <http://publicacoes.ufes.br/sinais/article/download/2753/2221>.

RIBEIRO, Darcy (2006). *O povo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Jessé (2000). Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In: *Tempo social*, vol. 12, nº 1. São Paulo: Scielo, maio. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100005.